

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
OPÇÕES METODOLÓGICAS	7
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO CONCELHO	10
CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	13
PROBLEMÁTICAS	19
1. Família	20
1.1. Insuficiência de Competências Parentais e Disfuncionalidade das Famílias	21
1.2. Falta de Regras e Valores	22
1.3. Endividamento e Consumo Exagerado das Famílias	23
1.4. Violência Doméstica	24
1.5. Alimentação Inadequada	25
2. População Juvenil	26
2.1. Jovens Sem Ocupação	27
2.2. Desmotivação, Abandono e Insucesso Escolar	28
2.3. Consumo Precoce de Substâncias Psicoactivas	29
2.4. Indisciplina	30
3. População em Risco	31
3.1. Dificuldade na Aquisição de Alguns Bens e Serviços Essenciais	32
3.2. Isolamento Social, em particular da População Idosa, Sem Família ou Com Família Ausente	33
3.3. Insuficiência de Respostas para a População Idosa e/ou Dependente	34
3.4. Elevado Número de Pessoas com Problemas de Alcoolismo	35
3.5. Dificuldade de Encaminhamento de Doentes para Consultas de Especialidade	36
3.6. Utentes Não Acompanhados a nível das Seguintes Especialidades: Psicologia Clínica, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Higiene Oral e Estomatologia	37
4. Habitação, Ambiente e Acessibilidades	38
4.1. Habitação Degradada Sem Condições de Habitabilidade	39
4.2. Degradação da Qualidade das Linhas de Água Devido a Contaminação a Montante	40
4.3. Dificuldade de Circulação de Peões	41
4.4. Consumo Excessivo da Água da Rede	42
4.5. Adaptação de Habitações e Outros Edifícios a Pessoas com Mobilidade Reduzida	43
4.6. Mercado de Arrendamento Inflacionado	44

4.7. Habitações Devolutas	45
4.8. existência de lixeiras clandestinas particularmente nas margens direitas dos rios tejo e almonda..	46
4.9. Baixo Índice de Separação Selectiva	47
4.10. Ausência de Ordenamento das Margens do Rio Almonda	48
4.11. Insegurança no Espaço Agrícola (nomeadamente, roubo dos pivots de rega)	49
4.12. Insuficiência de Rede de Drenagem de Águas Pluviais.....	50
 5. Qualificação e Emprego	 51
5.1. Desemprego	52
5.2. Insuficiência de Competências Profissionais	53
5.3. Emprego Precário	54
5.4. Dependência do Sector Primário	55
5.5. Dificuldade de Encaminhamento para Crianças Menos Vocacionadas para os Estudos	56
 6. Articulação Inter-Institucional	 57
6.1. Comunicação Inter-Institucional Insuficiente	58
6.2. Crise no Voluntariado e Associativismo	59
6.3. Adesão Reduzida da População aos Serviços, Infra-Estruturas e Eventos que são Proporcionados .	60
6.4. Desarticulação do Objecto das Instituições em relação à Realidade Actual do Concelho e às Necessidades Futuras.....	61

“Em relação directa com a realidade, o Diagnóstico Social constitui um instrumento fundamental nos processos de planeamento, de intervenção e de avaliação territorial, para a identificação não só dos principais problemas, dos bloqueios e dos constrangimentos existentes, mas também, para o reconhecimento no território, das suas dinâmicas, das potencialidades e das motivações/expectativas e necessidades de todos quanto o habitam, e em particular, dos mais desfavorecidos.”

INTRODUÇÃO

O presente documento - Diagnóstico Social do Concelho da Golegã – surge no âmbito do Programa de Apoio à Implementação da Rede Social, ao qual o Concelho se candidatou, tendo visto aprovada esta candidatura em Maio de 2005.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97¹, este Programa concretiza uma estratégia de abordagem da intervenção social que procura trazer uma maior eficácia à erradicação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social. De uma maneira geral, a Resolução de Conselho de Ministros supracitada perspectiva a Rede Social enquanto uma estratégia de abordagem da intervenção social baseada num trabalho planeado realizado em parceria, visando sobretudo racionalizar e trazer maior eficácia à acção das entidades públicas e privadas que actuam num determinado território. Surge com o intuito de promover a articulação da intervenção das autarquias, serviços públicos e entidades privadas que trabalham no domínio da acção social.

Com a adopção deste programa pretende-se, por um lado, fomentar a formação de uma consciência colectiva dos problemas sociais locais e, por outro, contribuir para a activação dos meios/agentes de resposta e para a optimização possível dos meios de acção locais. O local passa a ser o meio privilegiado de acção, pois só actuando próximo das populações e com as populações será possível criar condições efectivas de desenvolvimento. Ao invés de se adoptar uma postura “top-down”, ou seja, das estruturas centrais para o local, procura-se uma intervenção do tipo “bottom-up”, onde se privilegia a intervenção no local.

Este Programa enquadra-se no campo das Políticas Sociais Activas, tendo como objectivos principais uma intervenção inclusiva de combate à pobreza e à exclusão social e a promoção da cidadania livre activa; uma intervenção territorializada e de proximidade com os cidadãos e a partilha de responsabilidades entre o Estado e a Sociedade Civil, no sentido da promoção do desenvolvimento social (através da renovação e inovação da intervenção social e das políticas sociais).

Tendo em conta estas finalidades, os objectivos estratégicos do Programa Rede Social são essencialmente²:

- Desenvolver uma parceria efectiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- Garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais nos concelhos e freguesias;

¹ Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, Diário da República, I série-B, de 18 de Novembro de 1997.

² CASTRO, J. (1999). Rede Social. Lisboa: PROFISSS.

- Promover a racionalidade na adequação das respostas/equipamentos, recursos e agentes às necessidades locais;
- Induzir o diagnóstico e o planeamento participados.

A Rede Social surge, igualmente, com a intenção de conjugar as políticas de diversos sectores: Saúde, Emprego, Educação, Formação Profissional, Habitação, Acção Social e outros, pois a constatação da multidimensionalidade da pobreza e da exclusão social salientou a necessidade de serem encontradas respostas diversificadas para problemas também diversificados e concretos em várias áreas. Para combater estes problemas, há que compatibilizar e articular todas as políticas sectoriais ao nível local, regional e nacional, sendo que, se pretende rentabilizar os meios materiais e humanos existentes no terreno através de uma conjugação de esforços.

O desafio da Rede Social reside assim na capacidade de integrar políticas, medidas e acções dispersas e avulsas e na capacidade de promover acções concertadas, coerentes e participadas de desenvolvimento local e de combate à exclusão social. Este desafio traduz o reconhecimento da impossibilidade, perante a vastidão e complexidade dos problemas sociais, de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, sobretudo, não participada, e do desperdício de esforços, recursos e sinergias dos actores sociais quando se desenvolvem acções isoladas. Ambiciona-se, acima de tudo, fomentar o trabalho em parceria, de forma a poder-se alcançar resultados rápidos e eficientes.

Efectivamente, as autarquias têm vindo, nos últimos tempos, a ganhar um papel cada vez mais importante e decisivo no desencadear e na coordenação dos processos de desenvolvimento local e regional, deixando de ser entendidas como meros executores de administração de assuntos locais, e passando a ser vistas como elementos fundamentais de um processo que em muito ultrapassa as fronteiras concelhias. Encontram-se assim numa posição privilegiada para liderar processos de desenvolvimento, quer económicos, quer sociais, das zonas geográficas que representam, pois estando mais próximas das populações, existe um conhecimento mais profundo dos seus problemas, das suas necessidades e das suas expectativas.

Nos dias de hoje, cada vez mais os municípios são chamados a intervir na resolução dos mais diversos problemas que afectam os munícipes, e para a sua resolução torna-se necessário um conhecimento profundo da realidade sobre a qual se pretende actuar. Não obstante o facto de o Concelho da Golegã ser um Concelho pequeno onde a maior parte dos actores sociais conhece suficientemente bem os problemas que afectam este território nas suas mais diversas áreas, instrumentos como o Pré-Diagnóstico ou o Diagnóstico Sociais tornam-se cada vez mais importantes em termos de intervenção social na medida em que constituem retratos reais das necessidades das populações e das potencialidades existentes para o desenvolvimento do Concelho.

De acordo com a definição de Santos e Santos³ o diagnóstico social consiste na “análise da realidade social de um determinado contexto social, temporal e espacial, respeitante a uma ou a várias situações problemáticas. Proporciona dados e informações acerca da realidade sobre a qual se visa intervir e se quer transformar”. No âmbito do Programa Rede Social, o Diagnóstico Social constitui um processo de consciencialização e reivindicação que pretende incrementar a intervenção dos cidadãos, dos profissionais e dos agentes que detêm capacidade de decisão institucional e política.

Genericamente pode-se definir Diagnóstico Social como sendo “um instrumento dinâmico que permite uma compreensão da realidade social, inclui a identificação das necessidades e a detecção dos problemas prioritários e respectivas causalidades, bem como dos recursos e potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento. Pode ser um instrumento resultante da participação dos diversos parceiros, é facilitador da interacção e da comunicação entre eles e parte integrante do processo de intervenção, criando as condições sociais e institucionais para o seu sucesso⁴.

Assim sendo, todos os actores que desenvolvem a sua actividade a nível do Concelho deverão contribuir para a identificação das necessidades concelhias e para a delimitação de prioridades que orientem a intervenção prevista. O diagnóstico implica um processo de investigação-acção participado e dinâmico, onde os actores sociais fornecem um importante contributo através do conhecimento que possuem da realidade. A participação dos actores é deste modo indispensável, entendendo-se por actores todos aqueles que, directa ou indirectamente, possuem um papel nos processos de mudança. Pretende-se que todo o processo de intervenção social seja elaborado de forma a que o cidadão possa participar na definição dos problemas e na sua resolução, entendendo-se por intervenção social o processo metodológico de actuação sobre a realidade social que tem como finalidade, desenvolver; transformar ou melhorar situações colectivas ou individuais de pessoas que vivem determinados problemas, para facilitar a sua inclusão social e/ou participação activa no sistema social, a nível individual, económico-laboral, político e cultural⁵.

Deste modo, o diagnóstico social é um instrumento que pretende essencialmente:

- Descrever, analisar e interpretar os problemas sociais existentes na unidade territorial definida (neste caso, o Concelho da Golegã);
- Elencar as respostas sociais, recursos humanos e materiais existentes;
- Avaliar a adequação dos recursos disponíveis aos problemas existentes;
- Apontar pistas para uma planificação futura, nomeadamente através da definição de prioridades de intervenção social, da adequação dos recursos existentes às necessidades identificadas e da rentabilização das dinâmicas e potencialidades locais.

Em suma, o documento aqui apresentado – Diagnóstico Social do Concelho da Golegã - pretende contribuir para a identificação de problemas e problemáticas e constitui uma base de trabalho para a

³ Santos e Santos (1999). 4-6.

⁴ Núcleo da Rede Social (2003). *Plano de Desenvolvimento Social*. Lisboa: Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

⁵ Unidade Modular, Diagnóstico Social, pp.43.

construção do Plano de Desenvolvimento Social. Com efeito, trata-se de uma investigação que não constitui um fim em si mesma, mas antes um instrumento de planeamento inteiramente vocacionado para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social concelhio e para uma futura articulação com outros instrumentos de planeamento municipais, nomeadamente com o Plano Director Municipal e com o Plano Estratégico do Concelho da Golegã. Desta forma, pretende-se realçar a importância do planeamento estratégico territorial como instrumento privilegiado de resposta aos novos desafios que se colocam cada vez mais em matéria de desenvolvimento local e de qualidade de vida.

O Diagnóstico Social é portanto o primeiro instrumento de um bom Plano de Desenvolvimento Social, ao permitir uma compreensão da realidade social de um determinado território. Contudo, mais do que apresentar um retrato nítido do meio social do Concelho da Golegã, o processo de construção do diagnóstico deve conquistar capacidade para orientar a escolha dos decisores relativamente às intervenções necessárias.

Salientamos ainda que outra característica deste Diagnóstico Social é o facto deste ser um “instrumento aberto”. Como a realidade em que vivemos é dinâmica, este é naturalmente um processo que carece de actualização permanente, e ao qual não pode ser alheio a participação de todos aqueles que detêm as competências e a obrigação de resolução dos problemas identificados, bem como, a responsabilidade na definição de políticas que promovam o desenvolvimento social do Concelho. O Diagnóstico Social deve permitir, sempre que se justifique, a integração de novos dados e informações, e ajustes derivados das relações e inter-dependências que se estabelecem a partir dos dados disponíveis e de novos dados que se vão obtendo.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

O Diagnóstico Social do Concelho da Golegã pretende contribuir para um conhecimento mais aprofundado e cientificamente fundamentado da realidade social desta unidade territorial, permitir a circulação sistemática da informação recolhida e a difusão dos conhecimentos produzidos a todas as entidades do CLAS da Golegã. Pretende ainda ser uma base para a planificação e constituir um ponto de apoio estratégico para a tomada de decisões das entidades com responsabilidades na área social no Concelho e contribuir para a consolidação deste CLAS, na medida em que constitui um importante factor de mobilização do conjunto de parceiros que vão participar na sua elaboração.

Neste contexto, a definição de planeamento estratégico (aplicado à intervenção social) avançada pelo Programa Rede Social⁶ serve de fundamentação à nossa acção ao descrever este processo como um procedimento racional, que traduz a articulação e integração de decisões, através do qual se formalizam compromissos e estratégias de mudança (social e territorial). Consiste assim numa forma participada de pensar, agir e decidir sobre o futuro desejável. Planear significa, portanto, projectar uma mudança desejável, prevendo as etapas necessárias à transformação da realidade e os caminhos a percorrer pelos actores, sendo que é esperado que todo o processo de planeamento confira racionalidade às decisões.

Na continuidade desde conceito, a proposta metodológica subjacente ao trabalho da Rede Social da Golegã assenta numa estratégia participada de planeamento estratégico e integrado, assente em lógicas de investigação-acção que procuram racionalizar e conferir maior eficácia tanto à intervenção dos agentes na aplicação das medidas, projectos e programas de combate à pobreza e exclusão social, como à promoção do desenvolvimento social.

Em termos metodológicos, o Diagnóstico Social de Golegã foi construído tendo em linha de conta os pressupostos do planeamento estratégico e o princípio da investigação-acção, procurando sistematizar e analisar toda a informação recolhida. Na recolha de informação foram adoptadas técnicas documentais e técnicas não documentais. As documentais incluíram a recolha de bibliografia e a análise de documentos relevantes; no que respeita às não documentais destacamos a realização de um *workshop* participativo de diagnóstico social e a construção de grupos de trabalho.

Para avançar na construção do Diagnóstico Social, a Rede Social de Golegã realizou um *workshop* de diagnóstico social que teve como principal objectivo identificar os principais problemas do Concelho de Golegã agrupando-os em grandes problemáticas. Esta sessão de trabalho realizou-se a 10 de Janeiro e foi facilitada pelo Dr. Paulo Teixeira, consultor desta Rede Social, de acordo com a metodologia de trabalho METAPLAN⁷.

⁶ Núcleo da Rede Social (2001). *Programa Rede Social*. Lisboa: Instituto de Solidariedade e Segirança Social.

⁷ Metodologia que surgiu nos anos 70, na Alemanha, tendo sido desenvolvida por Eberhard Schnelle e pela "equipa Quickborn", e que consiste, fundamentalmente, num conjunto de ferramentas desenvolvidas com o objectivo de facilitar eventos de grupo, auxiliando na

Figura 1 – Workshop de Diagnóstico Social



Neste sentido, foi convidado um grupo representativo de parceiros de diferentes áreas de intervenção para participar neste momento de trabalho, que marcou o arranque do processo de construção do diagnóstico social. Pretendeu-se constituir um grupo multi-sectorial composto por técnicos e decisores que tivessem um conhecimento da realidade social do concelho e ainda por outras pessoas que a título individual contribuem de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos ou da sua intervenção comunitária.

Após este primeiro momento, no qual foram elencadas as grandes problemáticas a aprofundar, foram promovidos grupos de trabalho temáticos (Família; População juvenil; População em Risco; Habitação, Ambiente e Acessibilidades; Qualificação e Emprego; Articulação Inter-Institucional), com vista a aprofundar os dados descritos no pré-diagnóstico, bem como a encontrar de forma conjunta e negociada, as prioridades, os recursos, as potencialidades e constrangimentos presentes na realidade do Concelho.

Posteriormente, a equipa técnica responsável pela elaboração do Diagnóstico Social em termos metodológicos pretendeu sistematizar a informação recolhida, fazer as conexões necessárias, através de uma análise interpretativa dos problemas que permitiu encontrar as causas proceder à identificação e hierarquização de prioridades.

A construção deste Diagnóstico Social tomou obviamente em linha de conta toda a informação reunida no Pré-Diagnóstico Social de Golegã, aprovado a 26 de Outubro de 2006, documento este que

sistematiza todo um conjunto de informações por áreas temáticas que constituem um primeiro retrato da realidade social do Concelho.

Espera-se assim que a presente investigação cumpra os seus propósitos e constitua, para os leitores, uma mais valia no seu trabalho quotidiano em prol do desenvolvimento social integrado do Concelho da Golegã, tornando-o mais qualificado essencialmente para quem nele reside.

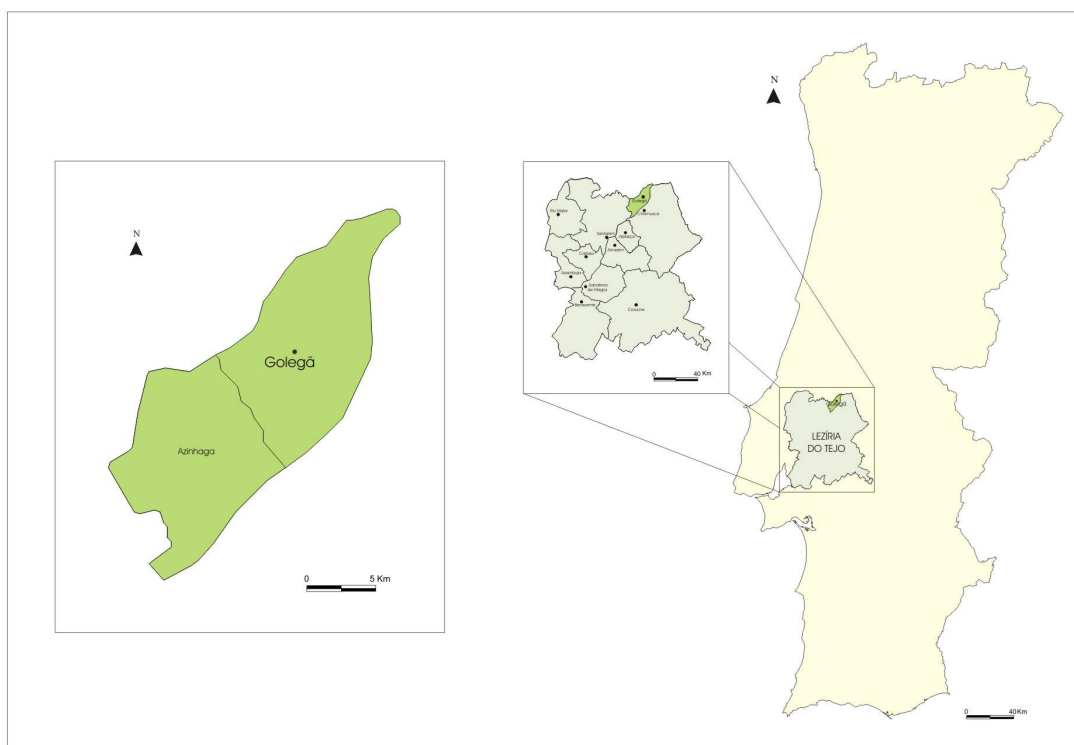
Resta deixar um agradecimento especial a todos os contributos prestados pelos diversos actores sociais para a elaboração deste documento, o qual pretende retratar a realidade de um Concelho que se crê em processo de transformação nas suas mais diversas áreas, nomeadamente a todos aqueles que gentilmente disponibilizaram a informação solicitada.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO CONCELHO

O Concelho da Golegã está situado na margem direita do rio Tejo integrando a sub-região da Lezíria do Tejo. Composto pelas freguesias de Golegã e Azinhaga, este Concelho é limitado a Norte pelos Concelhos de Torres Novas, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha; e, a Sul e a Este, pelos Concelhos de Santarém e da Chamusca.

O Concelho constitui um território de intermediação entre subsistemas territoriais diferenciados, constituindo nomeadamente uma porta de intermediação entre a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo e simultaneamente entre a margem norte e a margem sul do Tejo.

Figura 2 – Enquadramento do Concelho da Golegã na Sub-Região da Lezíria do Tejo



A nível do enquadramento do Concelho no Distrito de Santarém, o Concelho da Golegã ocupa um lugar central, desenvolvendo forte articulação com o eixo urbano Torres Novas / Entroncamento.

Figura 3 – Enquadramento do Concelho da Golegã no distrito de Santarém



O Concelho, com 76,1 Km², é um dos de menor área na região. A sua dimensão demográfica é também reduzida, com apenas cerca de 5.710 habitantes distribuídos por 2 freguesias e 7 lugares, sendo portanto a dispersão populacional relativamente fraca.

Quadro 1 – Indicadores de Contextualização do Concelho da Golegã

Indicadores	Ano	Golegã	Lezíria Tejo	Continente
Superfície (Km ²)	2001	76,1	4.272	89.045
População (nº hab.)	2001	5.710	240.832	9.869.343
Densidade (hab/Km ²)	2001	75,0	56,4	111,2
Variação da População	1991/ 2001	-6,0	3,4	5,3
Nº de Freguesias	2001	2	91	4.047

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 1991 e 2001)

Como se pode verificar através da análise do quadro 1, os dados do INE indicam que houve um decréscimo da população de 1991 para 2001. No entanto, estes são números bastante discutíveis para quem reside no Concelho e assiste a um progressivo aumento do número de residentes e do parque habitacional, nomeadamente na freguesia de Golegã. Estes dados serão alvo de uma análise mais aprofundada no capítulo seguinte, relativo à Caracterização da População do Concelho.

Em termos biofísicos o Concelho integra-se quase totalmente na planície aluvionar do Rio Tejo denominada de Lezíria; aqui, esta subdivide-se em “terras de campo”, constituídas pelos aluviões modernos, situadas nas zonas inundáveis da Lezíria e em terras de “espargal” constituídas pelos aluviões antigos, antigamente ocupadas por olival. Apenas uma pequena mancha a Norte do Concelho, são “terras de charneca” com algumas aptidões florestais (sobreiros e eucaliptos).

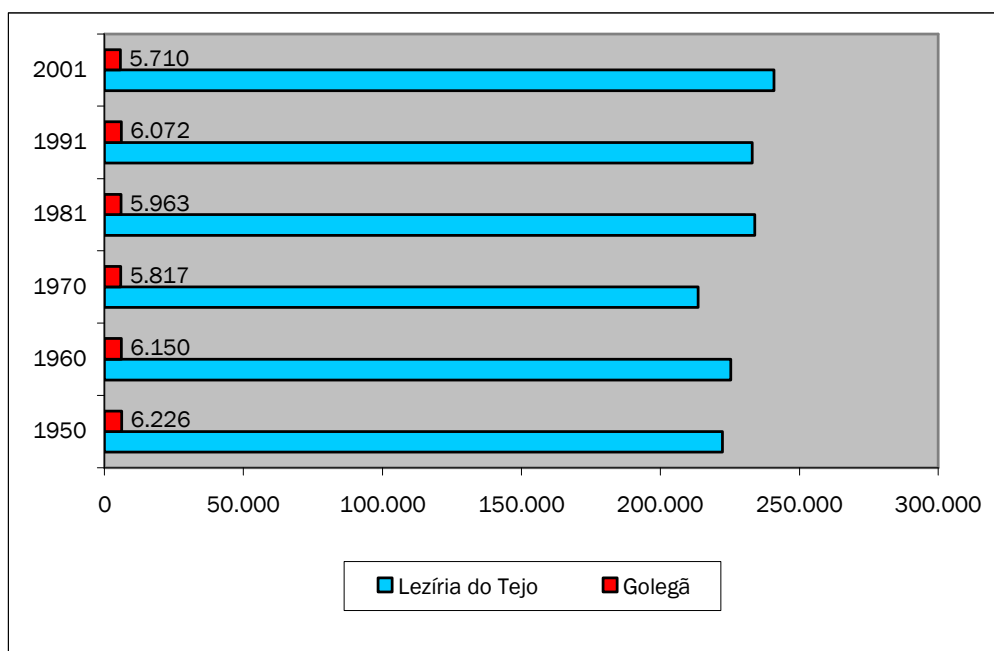
Em grandes cheias, o Tejo cresce para o Almonda banhando todos os campos da Azinhaga, cortando vias de comunicação, incluindo o Dique dos Vinte, dique de ligação entre os Concelhos da Golegã e da Chamusca. O problema do escoamento das águas do Almonda é de difícil resolução, quer pela forma como se faz a sua inserção no Tejo, quer pela cota do seu leito se encontrar a um nível inferior ao leito daquele rio.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Como foi referido anteriormente, esta caracterização da população do Concelho da Golegã terá em conta os dados do Instituto Nacional de Estatística uma vez que são os únicos de que dispõe. No entanto, ressalve-se que autarquias locais e população não corroboram as informações recolhidas no que diz respeito ao número de habitantes que consta nos Censos de 1991, tendo mesmo o Presidente da Câmara Municipal da Golegã – Dr. José Veiga Maltez, e o Presidente da Junta de Freguesia da Golegã – Professor Constantino Gaudêncio Lopes (que inclusivamente acompanhou o processo de recolha de dados dos Censos 2001); manifestado o seu desacordo em sessões públicas nas quais foram discutidos estes dados, designadamente na Reunião de Apresentação da Carta Educativa do Conselho Municipal de Educação. Neste sentido, passamos a apresentar os dados relativos à evolução da população do Concelho da Golegã.

A evolução demográfica do Concelho da Golegã durante a segunda metade do século XX tem sido caracterizada por algumas oscilações.

Gráfico 1 – Evolução da População no Concelho da Golegã e na Sub-Região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE (Recenseamentos da População, 1991 e 2001)

Com efeito, detectam-se três períodos distintos de evolução:

- Numa primeira fase (décadas de 50 e 60) o Concelho apresenta decréscimos populacionais;
- Numa fase seguinte (anos 80 e 90), o Município regista ligeiros acréscimos populacionais;
- Durante a última década o Concelho volta a perder população (cerca de 360 habitantes), fixando a sua população em 5.710 habitantes.

Como consequência desta evolução, o Concelho da Golegã diminuiu o seu peso demográfico no contexto da sub-região da Lezíria do Tejo, que passou de 2,8% em 1950 para 2,4% em 2001.

Quadro 2 – Evolução da População e Densidade Populacional no Concelho

Unidade Territorial	População (1991)	População (2001)	Variação 1991-2001 (%)	Área Km ² (2001)	Densidade Populacional (2001)
Golegã	4.171	3.893	-6,7	32,8	118,7
Azinhaga	1.901	1.817	-4,4	43,3	42,0
Concelho da Golegã	6.072	5.710	-6,0	76,1	75,0
Lezíria do Tejo	232.969	240.832	3,4	4.272	56,4
Continente	9.371.319	9.869.343	5,3	89.045	111,2

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 1991 e 2001)

No quadro da sub-região da Lezíria do Tejo, o Concelho da Golegã apresenta a menor dimensão, quer em termos de população quer em termos de superfície. A sua densidade populacional (75 habitantes por km²) situa-se entre a média regional e nacional. Todavia, constata-se que existe uma grande diferença entre os níveis de ocupação do território na freguesia sede de Concelho (onde a densidade populacional supera a média nacional) e a freguesia de Azinhaga (onde a densidade populacional é mais baixa do que a da Lezíria do Tejo).

Os factores que têm estado subjacentes à dinâmica populacional do território nacional têm vindo a sofrer alterações consideráveis. De facto, se nos anos 60 e 70 a evolução demográfica era, em grande medida, determinada pelas migrações internas e externas, já em períodos mais recentes são as componentes do saldo natural e a entrada de imigrantes as principais responsáveis pelas alterações populacionais em Portugal.

Quadro 3 - Componentes do Crescimento Demográfico (1991-2001)

Unidade Territorial	Saldo Natural		Saldo Migratório	
	Valor Absoluto (milhares)	%	Valor Absoluto (milhares)	%
Golegã	-0,4	-6,9	0,1	1,5
Lezíria do Tejo	-7,4	-3,2	14,8	6,3
Portugal	89,8	0,9	361,2	3,7

Fonte: INE (Recenseamentos da População, Resultados Preliminares)

No Concelho da Golegã, na última década, as diferenças entre o saldo natural ⁸ e o saldo migratório ⁹ acentuaram-se ainda mais, mantendo-se a tendência para a quebra acentuada dos níveis de fecundidade, o que gerou um saldo fisiológico negativo. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, apesar do saldo migratório ter contribuído para a entrada de novos habitantes no Concelho, a diminuição do número de nascimentos deu origem a alterações na estrutura etária do Concelho.

Com efeito, reforçou-se a tendência, já anteriormente esboçada, para o envelhecimento da população. Por um lado, como admitimos anteriormente, assistimos a uma quebra na taxa de natalidade no Concelho da Golegã; e, por outro lado, verifica-se um aumento da esperança média de vida.

Quadro 4 – Evolução da Estrutura da População Residente (%)

Unidade Territorial	1991			2001		
	0-14	15-64	+65	0-14	15-64	+65
Golegã	17,4	62,4	20,2	13,8	63,6	22,6
Azinhaga	17,5	65,3	17,1	15,3	62,7	22,0
Concelho da Golegã	17,4	63,3	19,3	14,3	63,3	22,4
Lezíria do Tejo	17,6	65,8	16,7	14,1	66,1	19,8
Continente	19,7	66,6	13,7	15,8	67,7	16,5

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 1991 e 2001).

Constata-se pois, que a percentagem de jovens com menos de 15 anos diminuiu no Concelho da Golegã de 17,4% em 1991 para 14,3% em 2001, enquanto o número de idosos com mais de 65 anos aumentou de 19,3% para 22,4% no mesmo período de tempo.

⁸ Saldo Natural ou Fisiológico – Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

⁹ Saldo Migratório – Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode também ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Quadro 5 - Evolução dos Índices Demográficos (%)

Unidade Territorial	1991				2001			
	I.E.	I.D.T	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T	I.D.J.	I.D.I.
Golegã	116,4	60,3	27,9	32,4	163,9	57,2	21,7	35,5
Azinhaga	97,9	53,1	26,8	26,2	143,5	59,4	24,4	35,0
Concelho da Golegã	110,6	58,0	27,5	30,4	156,9	57,9	22,5	35,4
Lezíria do Tejo	94,7	52,1	26,7	25,3	139,8	51,3	21,4	29,9
Continente	69,5	50,1	29,6	20,6	104,5	47,7	23,3	24,4

I.E. – Índice de Envelhecimento I.D.T. – Índice de Dependência Total

I.D.J. – Índice de Dependência de Jovens I.D.I. – Índice de Dependência de Idosos

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 1991 e 2001)

Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à jovem assiste-se a um progressivo incremento do índice de envelhecimento¹⁰ que, no Concelho da Golegã, passou de 111% em 1991 para 157% em 2001, valor acima da média regional e sobretudo da média nacional (105%). Curiosamente, e ao contrário do que é habitual suceder noutros territórios, a freguesia sede de Concelho apresenta um índice de envelhecimento mais elevado do que a freguesia limítrofe – Azinhaga.

No que diz respeito ao índice de dependência total¹¹, se em 1991 era a freguesia de Golegã aquela que apresentava maior número de dependentes; em 2001 a situação inverteu-se, assistindo a Azinhaga a um aumento bastante considerável do índice de dependência.

Se procedermos a uma análise mais fina da população dependente do Concelho, verificamos que em ambas as freguesias o índice de dependência de jovens ¹² diminuiu, uma vez que assistimos a uma quebra acentuada da população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos; enquanto o índice de dependência de idosos ¹³ aumentou.

¹⁰ Índice de Envelhecimento - Relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0-14 anos.

¹¹ Índice de Dependência Total - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

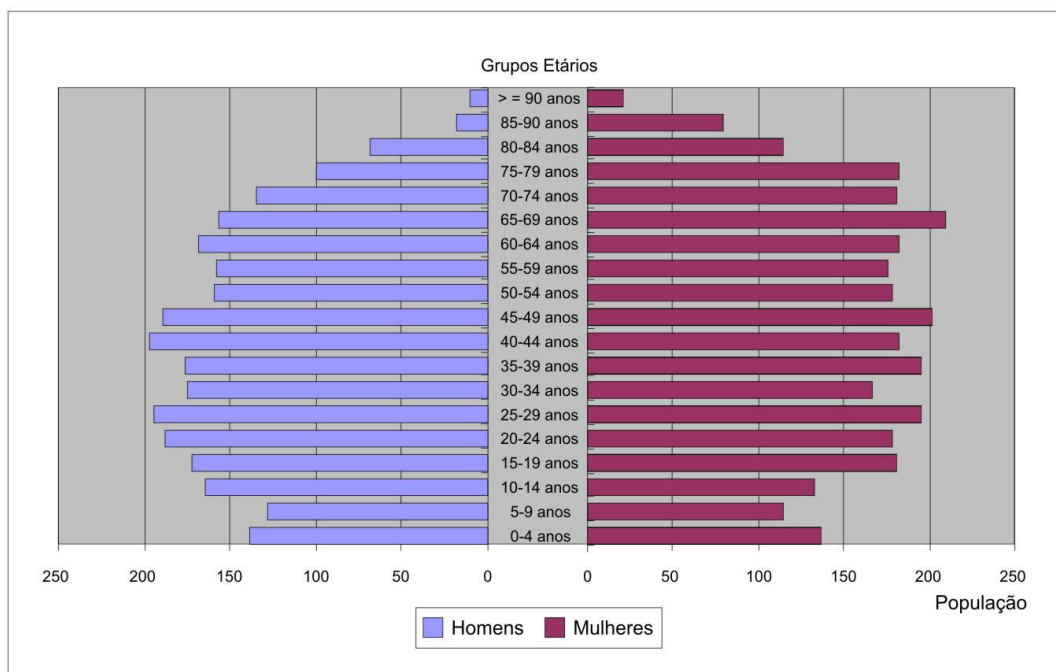
¹² Índice de Dependência de Jovens - Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

¹³ Índice de Dependência de Idosos - Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

As diferenças mais consideráveis ocorrem na freguesia de Azinhaga, onde o número de dependentes idosos aumentou 10% quando comparado com o número de não dependentes.

O envelhecimento demográfico é particularmente evidente quando se observa a Pirâmide Etária do Concelho da Golegã no ano de 2001.

Gráfico 2 – Pirâmide Etária do Concelho da Golegã (2001)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

É notório o duplo fenómeno de envelhecimento, quer na base (devido à quebra da taxa de natalidade¹⁴) quer no topo da pirâmide (devido ao aumento da proporção de idosos, reflexo, do aumento da esperança média de vida¹⁵). Ainda assim, parece esboçar-se um processo de rejuvenescimento expresso num ligeiro aumento da percentagem do primeiro grupo quinquenal, reflexo de uma ligeira subida da taxa de natalidade.

Conheçamos então a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade ¹⁶ do Concelho da Golegã, comparativamente com as taxas alcançadas pela sub-região da Lezíria do Tejo e por Portugal Continental.

¹⁴ Taxa de Natalidade - Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

¹⁵ Esperança Média de Vida - Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exacta x pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

¹⁶ Taxa de Mortalidade - Número de óbitos ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

Quadro 6 – Taxas de Natalidade e Mortalidade (2004)

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
Concelho da Golegã	8,0	16,1
Lezíria do Tejo	10,1	11,8
Continente	10,3	9,7

Fonte: INE (Infoline – serviço de informação on-line do INE)

Como se verifica pela análise do quadro 6, o Concelho da Golegã apresenta uma taxa de mortalidade muito superior à taxa de natalidade, sendo o número de nascimentos de bebés cujas mães são residentes no Concelho muito inferior quando comparado com as taxas de natalidade apresentadas pela sub-região da Lezíria do Tejo e por Portugal Continental. Quanto à taxa de mortalidade, verificamos que o número de óbitos de residentes no Concelho da Golegã é significativamente superior aos valores alcançados na Lezíria do Tejo e principalmente no país.

A forma como se manifestam, no Concelho da Golegã, ambas as taxas descritas anteriormente, pode estar a contribuir para a quebra acentuada do número de habitantes que os dados do INE nos revelam e que se apresentam no início deste capítulo.

PROBLEMÁTICAS

O presente capítulo pretende proceder à análise de cada uma das problemáticas identificadas no Concelho de Golegã de acordo com a compreensão da realidade social por parte dos actores locais que acederam ao desafio de colaborar nesse processo. Esta análise pretendeu contribuir para a identificação de problemas, dos recursos existentes no Concelho com vista à resolução dos problemas, das oportunidades que poderão ser aproveitadas para os solucionar/minimizar e os factores que poderão eventualmente dificultar a resolução dos mesmos.

Assim, para cada um dos problemas que compõem as problemáticas, é possível observar um quadro com a identificação de recursos, oportunidades e ameaças e um segundo quadro onde constam as causas que estão por detrás da persistência dos problemas, ou seja, quais os factores que fazem com que determinado problema exista no Concelho, bem como o nível de impacto que as causas possuem nesses problemas. Nesta análise de intensidade entre o problema e a sua causa, a cor vermelha corresponde a uma relação forte entre a causa e o problema (o que significa que para a resolução do problema ter-se-á que intervir prioritariamente nessa causa); a cor laranja a uma relação relativamente forte entre a causa e o problema; a cor amarela a uma fraca relação; e, a cor branca à inexistência de qualquer tipo de relação causa-problema.

Os problemas serão apresentados pela ordem segundo a qual foram priorizados pelos elementos dos diversos grupos de trabalho de acordo com o que os parceiros julgaram ser de resolução simultaneamente mais urgente e mais importante para o Concelho.

1. FAMÍLIA

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- Junta Freguesia da Golegã – Constantino Gaudêncio Lopes
- Agrupamento de Escolas GAP – Ana Núncio
- Centro Social Paroquial da Golegã – Jacinta Pereira/Manuela Cascão
- Conferência de São Vicente de Paulo – Maria Luíza Gonçalves
- Paróquia da Golegã – Pe. Carlos Antunes
- Membro da Comunidade - Luísa Coimbra
- Santa Casa da Misericórdia da Golegã – Fernanda Oliveira
- Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga – Cátia Soares
- Câmara Municipal da Golegã – Fabiana Freire

1.1. INSUFICIÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS E DISFUNCIONALIDADE DAS FAMÍLIAS

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Agrupamento de Escolas GAP e Centro Social Paroquial de Golegã;
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco;
- Centro de Saúde da Golegã;
- Grupo de Preparação para o Matrimónio.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Possibilidade de implementação de cursos de apoio à família e à comunidade pelos Centros de Formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Encontros de pais promovidos pelo Centro Social Paroquial de Golegã.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Insuficiência de cursos promovidos pelos Centros de Formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional nesta área;
- Impedimentos económicos;
- Desresponsabilização dos pais e desculpabilização face à conduta dos filhos.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Fragilidade dos vínculos familiares;
- Individualismo e vulnerabilidade pessoal;
- Falta de reconhecimento da família como estrutura básica de formação;
- Falta de conhecimento/ informação e dificuldade no discernimento;
- Desemprego e emprego precário;
- Falta de acompanhamento familiar;
- Consumo de substâncias psicoactivas;
- Ausência de projectos de vida e modelos de referência;
- Falta de valores.

1.2. FALTA DE REGRAS E VALORES

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Famílias;
- Agrupamento de Escolas GAP e Centro Social Paroquial de Golegã;
- Forças de Segurança;
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

Não foram identificadas oportunidades.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Desresponsabilização dos pais e desculpabilização face à conduta dos filhos.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Fragilidade dos vínculos familiares;
- Individualismo e vulnerabilidade pessoal;
- Falta de reconhecimento da família como estrutura básica de formação;
- Ausência de projectos de vida e modelos de referência;
- Crise de autoridade parental;
- Falta de acompanhamento familiar;
- Falta de conhecimento/informação e dificuldade no discernimento.

1.3. ENDIVIDAMENTO E CONSUMO EXAGERADO DAS FAMÍLIAS

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

Não foram identificados recursos.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Eventuais acções de informação sobre custos da adesão a créditos bancários.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

Não foram identificados obstáculos.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Falta de conhecimento/informação e dificuldade no discernimento;
- Falta de valores;
- Individualismo e vulnerabilidade pessoal;
- Fragilidade dos vínculos familiares;
- Insuficiência de recursos económicos.

1.4. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Forças de segurança;
- Centro de Saúde da Golegã;
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Consulta de Alcoologia do Hospital de Santarém.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Aceitação social dos maus tratos em contexto familiar.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Fragilidade dos vínculos familiares;
- Individualismo e vulnerabilidade pessoal;
- Consumo de substâncias psicoactivas;
- Falta de valores;
- Falta de reconhecimento da família como estrutura básica de formação;
- Desemprego e emprego precário;
- Crise de autoridade parental.

1.5. ALIMENTAÇÃO INADEQUADA

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Centro de Saúde da Golegã-;
- Agrupamento de Escolas GAP e Centro Social Paroquial de Golegã;
- Famílias.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Encontros de pais a desenvolver pelo Centro Social Paroquial de Golegã.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Existência de alimentos “não saudáveis” nas imediações das escolas;
- Não existência de hábitos alimentares saudáveis em casa.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Falta de conhecimento/informação e dificuldade no discernimento;
- Crise de autoridade parental;
- Falta de acompanhamento familiar;
- Insuficiência de recursos económicos;
- Desvalorização do serviço doméstico.

2. POPULAÇÃO JUVENIL

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- Cristina Rodrigues – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
- Maria de São José Mendes – Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga
- Carlos Ferreira – Agrupamento de Escuteiros da Golegã
- Fabiana Freire – Câmara Municipal da Golegã
- Sónia Pereira – Guarda Nacional Republicana / Escola Segura
- Maria Manuela Veiga - Junta de Freguesia de Azinhaga
- Ana Nuncio – Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho

2.1. JOVENS SEM OCUPAÇÃO

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Associações Desportivas e Culturais do Concelho;
- Santas Casas da Misericórdia de Golegã (Ludoteca) e Azinhaga (ATL);
- Equipamentos Desportivos e Culturais;
- Espaços Verdes;
- Programa de Ocupação de Tempos Livres do IPJ em colaboração com a Câmara Municipal.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Eventuais candidaturas a projectos da Segurança Social, designadamente “Ser Criança” e o “Progride”
- Projecto da Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga para a criação de um Clube de Jovens.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Dificuldade em encontrar estratégias de motivação dos jovens.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Insuficiência de oferta regular dirigida a jovens, particularmente na Azinhaga;
- Falta de animadores para acompanhamento de actividades de tempos livres;
- Equipamentos desportivos não acessíveis a todos os jovens;
- Falta de incentivo e sensibilização dos pais;
- Falta de conhecimento/informação e dificuldade no discernimento
- Desinteresse dos jovens.

2.2. DESMOTIVAÇÃO, ABANDONO E INSUCESSO ESCOLAR

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho;
- Famílias.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Eventual criação de uma equipa multidisciplinar de apoio ao aluno.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Não foram identificados obstáculos.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Insuficiência de oferta regular dirigida a jovens, particularmente na Azinhaga;
- Desinteresse dos jovens;
- Ausência de projectos de vida e modelos de referência;
- Falta de acompanhamento familiar;
- Vulnerabilização e falta de auto-estima;
- Falta de incentivo e sensibilização dos pais;
- Falta de inovação ao nível dos programas e das actividades escolares;
- Fraco sentimento de pertença de alunos e professores à escola;
- Dificuldade na transição entre ciclos e de adaptação à escola;
- Facilitismo e comodismo;
- Falta de recursos técnicos e materiais;
- Falta de recursos humanos
- Desconhecimento dos recursos existentes;
- Dispersão da informação.

2.3. CONSUMO PRECOCE DE SUBSTÂNCIAS PSICOACTIVAS

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- GNR – Escola Segura;
- Centro de Saúde da Golegã;
- Agrupamento de Escolas.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Eventual candidatura a programa do Instituto da Droga e da Toxicodependência;
- Visita à Expocriança para levantamento de eventuais oportunidades.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Não foram identificados obstáculos.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Insuficiência de oferta regular dirigida a jovens, particularmente na Azinhaga;
- Falta de animadores para acompanhamento de actividades de tempos livres;
- Falta de acompanhamento familiar;
- Fragilidade dos vínculos familiares;
- Necessidade de aceitação pelo grupo;
- Falta de conhecimento/informação e dificuldade no discernimento;
- Vulnerabilização e falta de auto-estima;
- Ausência de projectos de vida e modelos de referência;
- Equipamentos desportivos não acessíveis a todos os jovens.

2.4. INDISCIPLINA

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho;
- Famílias.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Eventual criação de grupos de voluntariado.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Não foram identificados obstáculos.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Insuficiência de oferta regular dirigida a jovens, particularmente na Azinhaga;
- Desinteresse dos jovens;
- Falta de inovação ao nível dos programas e das actividades escolares;
- Falta de acompanhamento familiar;
- Necessidade de aceitação pelo grupo;
- Fraco sentimento de pertença de alunos e professores à escola;
- Ausência de projectos de vida e modelos de referência;
- Fragilidade dos vínculos familiares;
- Falta de conhecimento/informação e dificuldade no discernimento;
- Equipamentos desportivos não acessíveis a todos os jovens;
- Desmotivação dos professores;
- Dificuldade na transição entre ciclos e de adaptação à escola;
- Vulnerabilização e falta de auto-estima.

3. POPULAÇÃO EM RISCO

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- Sónia Casemiro - Câmara Municipal da Golegã
- Fernanda Oliveira – Santa Casa da Misericórdia de Golegã
- Rita Caldeira – Segurança Social
- Sofia Neto – Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga
- Teresinha Tavares – Associação Social e Cultural GRAAL
- Fabiana Freire – Câmara Municipal da Golegã
- Benvinda Garcia – Agrupamento de Escolas GAP

3.1. DIFICULDADE NA AQUISIÇÃO DE ALGUNS BENS E SERVIÇOS ESSENCIAIS

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Segurança Social;
- Autarquias locais;
- Sector da Pastoral Social;
- Santas Casas da Misericórdia de Golegã e Azinhaga;
- Centro de Saúde de Golegã.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Não foram identificadas.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Não foram identificados obstáculos.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Impedimentos económicos;
- Falta de acompanhamento familiar;
- Empregabilidade reduzida no Concelho;
- Resistência cultural;
- Falta de um centro de noite/lar na freguesia de Azinhaga;
- Insuficiente capacidade dos equipamentos de apoio social a idosos;
- Inadaptação dos transportes públicos a pessoas com mobilidade reduzida;
- Insuficiência de protocolos entre o CS e o Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT);
- Desarticulação entre os serviços de saúde;
- Dependência física e mobilidade reduzida;
- Fragilidade dos vínculos familiares;
- Falta de apoio domiciliário 24h/dia.

3.2. ISOLAMENTO SOCIAL, EM PARTICULAR DA POPULAÇÃO IDOSA, SEM FAMÍLIA OU COM FAMÍLIA AUSENTE

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Santas Casas da Misericórdia de Golegã e Azinhaga;
- Sector da Pastoral Social;
- Famílias;
- Centro de Saúde da Golegã;
- Câmara Municipal da Golegã;
- Associações;
- Segurança Social.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Não foram identificadas oportunidades.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Resistência da população à participação nas actividades existentes;
- Falta de informação;
- Falta de divulgação;
- Falta de interesse e adesão às actividades desenvolvidas.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Falta de acompanhamento familiar;
- Dependência física e mobilidade reduzida;
- Fragilidade dos vínculos familiares;
- Falta de ocupação;
- Falta de apoio domiciliário 24h/dia;
- Falta de um centro de noite/lar na freguesia de Azinhaga;
- Insuficiente capacidade dos equipamentos de apoio social a idosos;
- Impedimentos económicos;
- Rede de transportes públicos insuficiente;
- Resistência cultural;
- Inexistência de grupos de ajuda para pessoas com demências;
- Inadaptação dos transportes a pessoas com mobilidade reduzida;
- Desarticulação dos grupos de voluntários;
- Empregabilidade reduzida no Concelho.

3.3. INSUFICIÊNCIA DE RESPOSTAS PARA A POPULAÇÃO IDOSA E/OU DEPENDENTE

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO
<ul style="list-style-type: none"> ■ Santas Casas da Misericórdia de Golegã e Azinhaga; ■ Autarquias locais; ■ Segurança Social.
OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA
<ul style="list-style-type: none"> ■ Instituições particulares fora da área geográfica do Concelho; ■ Articulação com empresas e serviços fora do Concelho; ■ CRIT e CEER
FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA
<ul style="list-style-type: none"> ■ Listas de espera das instituições elevadas; ■ Insuficiência de respostas imediatas para os problemas; ■ Défice de apoio familiar.
CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA
<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de acompanhamento familiar; ■ Falta de apoio domiciliário 24h/dia; ■ Falta de um centro de noite/lar na freguesia de Azinhaga; ■ Insuficiente capacidade dos equipamentos de apoio social a idosos; ■ Inadaptação dos transportes públicos a pessoas com mobilidade reduzida; ■ Não preenchimento do lugar de fisioterapeuta no CS; ■ Impedimentos económicos; ■ Rede de transportes públicos insuficiente; ■ Fragilidade dos vínculos familiares; ■ Inexistência de respostas no âmbito dos cuidados paliativos; ■ Inexistência de grupos de ajuda para pessoas com demências; ■ Não previsão de técnicos de saúde nos quadros do Centro de Saúde; ■ Desarticulação dos grupos de voluntários; ■ Empregabilidade reduzida no Concelho; ■ Falta de ocupação.

3.4. ELEVADO NÚMERO DE PESSOAS COM PROBLEMAS DE ALCOOLISMO

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Centro de Saúde de Golegã;
- Santas Casas da Misericórdia de Golegã e Azinhaga;
- Agrupamento de Escolas GAP.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Consulta de Alcoologia do Hospital de Santarém.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Resistência da população no reconhecimento do problema;
- Ausência de programas nesta área do Concelho.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Falta de acompanhamento familiar;
- Resistência cultural;
- Insuficiência de protocolos entre o CS e o Centro Hospitalar do Médio Tejo(CHMT) ;
- Empregabilidade reduzida no Concelho;
- Fragilidade dos vínculos familiares;
- Falta de ocupação;
- Não previsão de técnicos de saúde nos quadros do Centro de Saúde (CS);
- Impedimentos económicos;
- Desarticulação entre os serviços de saúde;
- Insuficiência de técnicos no CHMT para o número de habitantes.

3.5. DIFICULDADE DE ENCAMINHAMENTO DE DOENTES PARA CONSULTAS DE ESPECIALIDADE

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Centro Hospitalar do Médio Tejo – Abrantes, Tomar e Torres Novas.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Hospital de Santarém;
- Hospital de São João Baptista (Entroncamento)

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Não foram identificados obstáculos.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Impedimentos económicos;
- Insuficiência de técnicos no CHMT para o número de habitantes;
- Insuficiência de protocolos entre o CS e o Centro Hospitalar do médio Tejo (CHMT);
- Desarticulação entre os serviços de saúde;
- Rede de transportes públicos insuficiente;
- Resistência cultural;
- Dependência física e mobilidade reduzida;
- Fragilidade dos vínculos familiares;
- Inadaptação dos transportes públicos a pessoas com mobilidade reduzida;
- Falta de acompanhamento familiar.

3.6. UTENTES NÃO ACOMPANHADOS A NÍVEL DAS SEGUINTE ESPECIALIDADES: PSICOLOGIA CLÍNICA, FISIOTERAPIA, TERAPIA OCUPACIONAL, HIGIENE ORAL E ESTOMATOLOGIA

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Câmara Municipal da Golegã;
- Clínicas privadas de medicina dentária do Concelho;
- Projecto de Contratualização da Saúde Oral;
- Centro de Saúde da Golegã.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Articulação com empresas e serviços fora do Concelho.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Limitação dos quadros técnicos por parte do Ministério da Saúde.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Não previsão de técnicos de saúde nos quadros de Centro de Saúde;
- Não preenchimento do lugar de fisioterapeuta no Centro de Saúde;
- Impedimentos económicos;
- Falta de acompanhamento familiar;

4. HABITAÇÃO, AMBIENTE E ACESSIBILIDADES

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- Fernanda Oliveira – Santa Casa da Misericórdia da Golegã
- Maria de São José Reis Mendes – Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga
- Rita Caldeira – Segurança Social de Santarém
- Tânia Coelho Silva – Câmara Municipal da Golegã (planeamento urbano)
- Sónia Casemiro – Câmara Municipal da Golegã (ambiente)
- Joana Carvalho – Câmara Municipal da Golegã (arquitectura e urbanismo)
- Fabiana Freire – Câmara Municipal da Golegã (acção social)
- Pedro Silva – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Golegã

4.1. HABITAÇÃO DEGRADADA SEM CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Câmara Municipal da Golegã
- Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional
- Segurança Social
- Santas Casas da Misericórdia de Golegã e Azinhaga

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Candidaturas ao INH para recuperação das habitações transferidas do IGAPHE
- Incentivos da Câmara Municipal da Golegã para recuperação de habitações degradadas
- Candidaturas aos programas SOLARH E PROGRIDE do Instituto Nacional de Habitação
- Novo Regime do Arrendamento Urbano

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Insuficiência de recursos económicos

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Impedimentos Económicos
- Insuficiência de hábitos de higiene
- Habitações sem instalações sanitárias;
- Desinteresse;
- Resistência cultural;
- Habitações sem licença de habitabilidade;
- Questões legais;
- Fiscalização insuficiente;
- Insuficiente sensibilização da população adulta e idosa;
- Habitações sem ligação à rede de saneamento;
- Caracterização física das habitações.

4.2. DEGRADAÇÃO DA QUALIDADE DAS LINHAS DE ÁGUA DEVIDO A CONTAMINAÇÃO A MONTANTE

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Serviços de Ambiente da Câmara Municipal da Golegã.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Agenda XXI Regional;
- Concelhos limítrofes.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Falta de concertação inter – institucional

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Pontos difusos de poluição;
- Tratamento de esgotos insuficiente a montante;
- Fiscalização insuficiente;
- Impedimentos económicos;
- Questões legais;
- Desarticulação inter – municipal e inter – institucional;
- Insuficiente sensibilização da população adulta;
- Utilização desadequada da água;
- Desinteresse .

4.3. DIFICULDADE DE CIRCULAÇÃO DE PEÕES

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Câmara Municipal da Golegã.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Nova lei das acessibilidades.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Não foram identificados obstáculos

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Colocação inadequada de balizadores e talhas;
- Reduzido dimensionamento de passeios ou ausência;
- Impedimentos económicos;
- Questões legais;
- Ausência de sinalização adequada.

4.4. CONSUMO EXCESSIVO DA ÁGUA DA REDE

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Serviço de Ambiente da Câmara Municipal da Golegã

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Não foram identificadas oportunidades.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Falta de informação.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Desinteresse;
- Resistência cultural;
- Utilização desadequada da água;
- Insuficiente sensibilização da população adulta e idosa;
- Fiscalização insuficiente.

4.5. ADAPTAÇÃO DE HABITAÇÕES E OUTROS EDIFÍCIOS A PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Câmara Municipal da Golegã;
- Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Nova Lei das Acessibilidades;
- Candidaturas ao QREN.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Não foram identificados obstáculos.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Impedimentos económicos;
- Desinteresse;
- Caracterização física das habitações;
- Questões legais;
- Ausência de sinalização inadaptada.

4.6. MERCADO DE ARRENDAMENTO INFLACIONADO

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Não foram identificados recursos.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Novo Regime de Arrendamento Urbano.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Insuficiência de recursos económicos.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Oferta reduzida de habitações para arrendamento regular;
- Qualidade de vida oferecida pelo concelho;
- Cultura local.

4.7. HABITAÇÕES DEVOLUTAS

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Câmara Municipal da Golegã;
- Serviço de Protecção Civil;
- Santas Casas da Misericórdia e Azinhaga.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Não foram identificadas oportunidades.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Insuficiência de recursos económicos.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Impedimentos económicos;
- Questões legais;
- Fiscalização insuficiente;
- Desinteresse;
- Habitações sem licença de habitabilidade.

4.8. EXISTÊNCIA DE LIXEIRAS CLANDESTINAS PARTICULARMENTE NAS MARGENS DIREITAS DOS RIOS TEJO E ALMONDA

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Serviço de Ambiente da Câmara Municipal da Golegã;
- Resitejo

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Não foram identificadas oportunidades.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Falta de informação;
- Falta de concertação inter-institucional.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Desinteresse;
- Insuficiência de hábitos de higiene;
- Fiscalização insuficiente;
- Falta de informação ao cliente sobre datas de recolha;;
- Cultura local
- Pontos difusos de poluição;
- Desarticulação inter-municipal e inter-institucional;
- Insuficiente sensibilização da população adulta e idosa.

4.9. BAIXO ÍNDICE DE SEPARAÇÃO SELECTIVA

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Elevado rácio de equipamentos de separação selectiva por habitante;
- Serviço de ambiente da Câmara Municipal da Golegã;
- Resitejo.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Não foram identificadas oportunidades.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Falta de informação da população idosa;
- Falta de participação da população no âmbito da separação selectiva;
- Falta de concertação inter-institucional.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Resistência cultural;
- Insuficiente sensibilização da população adulta e idosa;
- Falta de informação ao cliente sobre datas de recolha;
- Reduzida frequência de recolha nos equipamentos de separação selectiva.

4.10. AUSÊNCIA DE ORDENAMENTO DAS MARGENS DO RIO ALMONDA

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Serviço de Ambiente da Câmara Municipal da Golegã.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Plano de Pormenor das Margens do Rio Almonda;
- Agenda XXI Regional.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Falta de concertação inter-institucional.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Impedimentos económicos;
- Questões legais;
- Pontos difusos de poluição;
- Tratamento de esgotos insuficiente a montante;
- Fiscalização insuficiente;
- Insuficiente sensibilização da população adulta e idosa;
- Cultura local;
- Desarticulação inter-municipal e inter-institucional.

4.1.1. INSEGURANÇA NO ESPAÇO AGRÍCOLA (NOMEADAMENTE, ROUBO DOS PIVOTS DE REGA)

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Agrotejo;
- Forças de segurança

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Não foram identificadas oportunidades.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Falta de concertação inter-institucional.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Fiscalização insuficiente;
- Desarticulação inter-municipal e inter-institucional;
- Desinteresse.

4.12. INSUFICIÊNCIA DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Serviço de Ambiente da Câmara Municipal da Golegã.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Agenda XXI Regional;
- Candidaturas ao QREN.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Falta de concertação inter-institucional.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Impedimentos económicos
- Questões legais;
- Desinteresse.

5. QUALIFICAÇÃO E EMPREGO

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- José Carlos Duque – UNIVA
- Francisco Duarte – Câmara Municipal da Golegã
- Maria Manuela Veiga – Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga
- Olga Costa – Santa Casa da Misericórdia da Golegã
- Fabiana Freire – Câmara Municipal da Golegã
- António Lopes – Centro de Emprego de Torres Novas
- Mário Antunes – Agrotejo
- Alaim Pereira – ACIS
- Rosário Rodrigues – Agrupamento de Escolas GAP

5.1. DESEMPREGO

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Sector Agrícola e Empresarial;
- Centro de Emprego de Torres Novas;
- UNIVA;
- Agrupamento de Escolas CEF's;

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Abertura de novas estruturas comerciais: Carrefour, Feira Nova,...;
- Criação de um RetailPark;
- Criação/dinamização de projectos na área do turismo em espaço rural;
- Construção de condomínios de luxo na região;

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Nível de escolaridade reduzido;
- Limitações na ocupação do território;
- Falta de informação;
- Mercado de emprego fechado;

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Tecido empresarial reduzido;
- Falta de empreendedores;
- Emprego sazonal associado à actividade do sector primário;
- Poucas oportunidades de emprego para jovens;
- Transportes públicos para fora do Concelho insuficientes;
- Grande parte dos solos integra RAN e REN;
- Desadequação da formação profissional;
- Falta de motivação e empenho;
- Baixas qualificações;
- Cultura local;
- Falta de diversidade da oferta de formação profissional;
- Formação de base privilegia a teoria;

5.2. INSUFICIÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Centros de Formação Profissionais;
- Agrupamentos de Escolas – CEF's;
- Agrotejo;
- NERSANT;
- Santas Casas da Misericórdia de Golegã e Azinhaga;

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- CULT;
- Escolas Profissionais;
- Institutos Politécnicos;
- CRIT

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Desfasamento entre as ofertas de formação e a procura do mercado de trabalho;
- Desvalorização das vias profissionalizantes pela família.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Baixas qualificações;
- Formação de base privilegia a teoria;
- Desadequação da formação profissional;
- Falta de diversidade da oferta de formação profissional;
- Falta de motivação e empenho.

5.3. EMPREGO PRECÁRIO

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Sector Agrícola e Empresarial;
- Centro de Emprego de Torres Novas;
- UNIVA;
- Agrupamento de Escolas CEF's;

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Abertura de novas estruturas comerciais: Carrefour, Feira Nova,...;
- Criação de um RetailPark;
- Criação/dinamização de projectos na área do turismo em espaço real;
- Construção de condomínios de luxo na região;

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Nível de escolaridade reduzido;
- Limitações na ocupação do território;
- Falta de informação;
- Mercado de emprego fechado;

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Emprego sazonal associado à actividade do sector primário;
- Grande parte dos solos integra RAN e REN;
- Tecido Empresarial reduzido;
- Cultura local;
- Falta de Empreendedores;
- Baixas qualificações;

5.4. DEPENDÊNCIA DO SECTOR PRIMÁRIO

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Sector Agrícola e Empresarial;
- Centro de Emprego de Torres Novas;
- UNIVA;
- Agrupamento de Escolas CEF's;

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Abertura de novas estruturas comerciais: Carrefour, Feira Nova,...;
- Criação de um RetailPark;
- Criação/dinamização de projectos na área do turismo em espaço real;
- Construção de condomínios de luxo na região;

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Nível de escolaridade reduzido;
- Limitações na ocupação do território;
- Falta de informação;
- Mercado de emprego fechado;

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Tecido empresarial reduzido;
- Grande parte dos solos integra RAN e REN;
- Falta de empreendedores;
- Cultura local;
- Baixas qualificações;

5.5. DIFICULDADE DE ENCAMINHAMENTO PARA CRIANÇAS MENOS VOCACIONADAS PARA OS ESTUDOS

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Centros de Formação Profissionais;
- Agrupamentos de Escolas – CEF's;
- Agrotejo;
- NERSANT;
- Santas Casas da Misericórdia de Golegã e Azinhaga;

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- CULT;
- Escolas Profissionais;
- Institutos Politécnicos;
- CRIT

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Desfasamento entre as ofertas de formação e a procura do mercado de trabalho;
- Desvalorização das vias profissionalizantes pela família;

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Poucas oportunidades de emprego para jovens;
- Transportes públicos para fora do Concelho insuficientes;
- Falta de diversidade da oferta de formação profissional;
- Desadequação da formação profissional;
- Falta de motivação e empenho;
- Tecido empresarial reduzido;
- Formação de base privilegia a teoria;
- Falta de empreendedores;

6. ARTICULAÇÃO INTER-INSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- Rui Lince Medinas – Câmara Municipal da Golegã
- Maria Manuela Veiga – Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga
- Fernanda Oliveira – Santa Casa da Misericórdia da Golegã
- Jacinta Alves Pereira – Centro Social Paroquial
- Mário Antunes – Agrotejo
- Conceição Água – Sector da Pastoral Social
- Constantino Gaudêncio Lopes – Junta de Freguesia da Golegã
- António Camilo – Futebol Clube Goleganense
- Fernando Pombo – Rancho Folclórico “Os Campinos da Azinhaga”

6.1. COMUNICAÇÃO INTER-INSTITUCIONAL INSUFICIENTE

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Instituições;
- Rede Social;
- Fóruns Sociais (CME, CPCJ, RSI, CMS, Empresas de Inserção, outras parcerias já existentes).

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Construção de um guia de recursos pela Rede Social;
- Projecto de Intervenção Precoce;
- Preferência das actividades que envolvam parcerias ao nível das candidaturas a projectos comunitários e outros.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Falta de tempo dos voluntários;
- Politização e rivalidade entre instituições;
- Falta de recursos e rivalidade entre instituições;
- Falta de recursos técnicos, humanos e materiais;
- Dispersão da informação e desconhecimento dos recursos existentes.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Instituições fechadas;
- Falta de recursos humanos;
- Desconhecimento dos recursos existentes;
- Falta de planos estratégicos das instituições;
- Politização e rivalidade entre instituições;
- Falta de recursos técnicos e materiais;
- Dispersão da informação;
- Falta de responsabilização;
- Facilitismo e comodismo;
- Falta de solidariedade e valores.

6.2. CRISE NO VOLUNTARIADO E ASSOCIATIVISMO

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Sector da Pastoral Social e outros grupos de voluntários;
- Associações desportivas e culturais;
- Instituições de Solidariedade Social.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

Não foram identificadas oportunidades.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Falta e desadequação da formação às necessidades das instituições;
- Estilos de vida, comodismo e exigências profissionais.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Facilitismo e comodismo;
- Falta de solidariedade e valores;
- Falta de responsabilização.
- Excesso de oferta cultural e recreativa no domicílio (TV, DVD, Computador, jogos, ...);
- Ausência e desadequação da formação individual;
- Estilos de vida e exigências profissionais;
- Falta de recursos humanos;
- Falta de planos estratégicos das instituições.

6.3. ADESÃO REDUZIDA DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS, INFRA-ESTRUTURAS E EVENTOS QUE SÃO PROPORCIONADOS

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Instituições;
- Eventos já existentes;
- Novas tecnologias de informação e comunicação;
- Espaços Internet.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Optimização da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação; criação de newsletter da CMG;
- Pontos Wireless (sem fios) de acesso à Internet.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Dispersão da informação;
- Falta de inovação e criatividade na comunicação;
- Falta de motivação, formação e informação;
- Estilos de vida, comodismo e exigências profissionais.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Facilitismo e comodismo;
- Excesso de oferta cultural e recreativa no domicílio (TV, DVD, Computador, jogos, ...);
- Estilos de vida e exigências profissionais;
- Falta de inovação e criatividade na comunicação;
- Dispersão da informação;
- Falta de planos estratégicos das instituições;
- Falta de solidariedade e valores;
- Falta de responsabilização.

6.4. DESARTICULAÇÃO DO OBJECTO DAS INSTITUIÇÕES EM RELAÇÃO À REALIDADE ACTUAL DO CONCELHO E ÀS NECESSIDADES FUTURAS

RECURSOS EXISTENTES NO CONCELHO

- Instituições;
- Agenda XXI;
- Carta Educativa;
- Plano Municipal de Ambiente.

OPORTUNIDADES QUE PODEM AJUDAR A RESOLVER O PROBLEMA

- Projecto de Mobilidade Sustentável;
- Plano de Desenvolvimento Rural.

FACTORES QUE PODEM DIFICULTAR A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- Falta de plano estratégico global a longo prazo;
- Dispersão da informação.

CAUSAS NA ORIGEM DO PROBLEMA

- Falta de planos estratégicos das instituições;
- Instituições fechadas;
- Facilitismo e comodismo;
- Falta de recursos técnicos e materiais
- Falta de recursos humanos
- Desconhecimento dos recursos existentes
- Dispersão da informação